

Relatório de Execução Orçamental

Águas do Tejo Atlântico, S.A.

4º trimestre 2017



Índice do relatório

1. Demonstração de Resultados
2. Indicadores Económico-Financeiros
3. Indicadores Comerciais
4. Investimentos


A 2 1. B

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.º Trimestre 2017

Demonstração de Resultados	mEur	Valor Trimestre				2017	Acumulado	
		1º T	2º T	3º T	4º T		Per. Hom.	Orçam.
Venda de subproduto	mEur	-	-	28	34	34	-	▲
Prestação de Serviços: Saneamento	mEur	-	-	58 888	79 076	79 076	-	▲
Rend. Construção (IFRIC 12)	mEur	-	-	5 928	2 984	2 984	-	▲
Desvio de recuperação de gastos	mEur	-	-	-6 794	-2 544	-2 544	-	▲
Volume de Negócios	mEur	-	-	58 049	79 550	79 550	-	▲
Custo das vendas/variação inventários	mEur	-	-	7 835	5 377	5 377	-	▲
Margem Bruta	mEur	-	-	50 214	74 173	74 173	-	▲
Fornecimentos e serviços externos	mEur	-	-	19 582	26 445	26 445	-	▲
Gastos com pessoal	mEur	-	-	8 000	11 113	11 113	-	▲
Amortizações	mEur	-	-	15 036	19 957	19 957	-	▼
Provisões e perdas imparidade (inclui reversões)	mEur	-	-	4	3 162	3 162	-	▲
Outros Gastos e Perdas Operacionais	mEur	-	-	423	772	772	-	▲
Subsídios ao Investimento	mEur	-	-	6 869	4 779	4 779	-	▲
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	mEur	-	-	74	82	82	-	▲
Resultados Operacionais	mEur	-	-	14 120	17 585	17 585	-	▼
Gastos Financeiros	mEur	-	-	7 603	9 766	9 766	-	▼
Rendimentos Financeiros	mEur	-	-	907	1 179	1 179	-	▲
Resultados Financeiros	mEur	-	-	-6 696	-8 587	-8 587	-	▲
Resultados Antes de imposto	mEur	-	-	7 424	8 998	8 998	-	▼
Imposto sobre o Rendimento	mEur	-	-	2 007	2 118	2 118	-	▼
Resultado Líquido do Exercício	mEur	-	-	5 417	6 880	6 880	-	▲

Indicadores de Resultados	mEur	Valor Trimestre				2017	Acumulado	
		1º T	2º T	3º T	4º T		Per. Hom.	Orçam.
EBIT - Earnings Before Interest and Taxes (ajustado) ¹	mEur	-	-	20 914	20 129	20 129	-	21 511
EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes and Depreciation (ajustado) ¹	mEur	-	-	29 077	40 704	40 704	-	38 654
Margem EBITDA (ajustado) ¹	%	-	-	49%	51%	51%	-	49%
Gastos Operacionais/EBITDA (ajustado) ¹	%	-	-	155%	149%	149%	-	156%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

INTRODUÇÃO

- Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, em que foi constituída a sociedade Águas do Tejo Atlântico (Tejo Atlântico), por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, (Vale do Tejo), foi estabelecido que a data de efeitos contabilísticos e fiscais retroage a 1 de janeiro de 2017.

- As operações efetuadas pela Vale do Tejo, com referência à exploração e gestão do sistema entre 1 de janeiro de 2017 e a data de entrada em vigor do referido diploma legal, acrescido do período de transição operacional previsto no artigo 61º, determinaram que a Tejo Atlântico iniciasse a atividade de forma autónoma a 1 de julho de 2017. Em tais termos, o apuramento contabilístico dos períodos reflete a situação descrita, tendo-se reconhecido o acréscimo dos valores incorridos no 1º semestre de 2017.

- O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2017 considerado para esta análise de controlo orçamental, corresponde à segunda versão submetida a apreciação da Tutela, não se encontrando ainda aprovado.

- O PAO 2017 foi elaborado com base no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), anexo ao Contrato de Concessão, pelo que não se dispõe de valores mensuralizados para efeitos de comparação de investimentos.

I. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

4.º Trimestre 2017

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

6,9 M€

- No gráfico da evolução da taxa de referência para o cálculo da remuneração acionista, podemos observar que a dezembro se verifica uma inversão da tendência de queda, que se mantinha desde o primeiro trimestre.

O Resultado Líquido do exercício ascende a 6,9 milhões de euros, o que corresponde a remuneração acionista garantida do capital investido, apurada com base na média diária da taxa de OT a 10 anos (3,06%), acrescida três pontos percentuais.

O Resultado sem o efeito do desvio de recuperação de gastos, que no ano é um superavit de 2,5 milhões de euros, foi de 8,9 milhões de euros.



Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)		2017
Resultado Líquido sem desvio (RL)	mEur	8 948,6
Remuneração Acionista (RA)	mEur	6 879,8
Desvio de Recuperação de Gastos Líquido	$DRGI = (RA) - (RL)$	-2 068,8
Efeito da variação da taxa em 2017	Variação da taxa	204,5
Taxa de imposto	Taxa	26,72%
Desvio de Recuperação de Gastos Bruto	$DRGb = (DRGI + Var.tx)/(1-tx)$	-2 544,1

VOLUME DE NEGÓCIOS

79,6 M€

Prestação de serviços do ano	81,2 M€
Prestação de serviços - correções contratuais períodos anteriores	(2,1) M€
Rendimentos da Construção (IFRIC 12)	3,0 M€
Desvio de Recuperação de Gastos	(2,5) M€

- O Volume de Negócios totalizou 79,6 milhões de euros, que incluem 79,1 milhões de euros de prestação de serviços, 3,0 milhões de euros de rendimentos da construção provenientes do custo das vendas, e a redução de 2,5 milhões do desvio (superavit) de recuperação de gastos.

O crédito de 2,1 milhões de euros, é relativo à correção de valores mínimos que haviam sido faturados aos municípios da Azambuja, Nazaré, Peniche e Lourinhã entre janeiro 2011 e junho de 2015.

O Desvio de recuperação de gastos (bruto) de -6,8 milhões de euros resulta da menor remuneração acionista (por via da taxa das OT), e da redução dos gastos operacionais, nomeadamente os FSE, face aos valores orçamentados.

A variação do Volume de Negócios face aos valores orçamentados resulta essencialmente do efeito da contabilização dos serviços de construção, não considerado em orçamento.

GASTOS OPERACIONAIS

66,8 M€

- Os Gastos Operacionais sem o efeito da IFRIC 12, ascendem a 63,8 milhões de euros, donde resulta para o orçamento (62,2 Meur) um desvio desfavorável de 2,6%.

O gasto que contribuiu mais significativamente para a formação deste desvio foi a perda por imparidade.

- O custo das vendas ascende a 2,4 milhões de euros, sem o efeito da IFRIC 12. Comparativamente ao valor orçamentado temos um desvio favorável de 11%.

- Os Fornecimentos e Serviços Externos têm uma realização de 26,4 milhões de euros, cifrando-se em cerca de 1% acima do valor orçamentado.

- Os Gastos com Pessoal ascendem a 11,1 milhões de euros, apresentando uma realização de 1,4% acima do orçamentado.

- As amortizações são de 20 milhões de euros e estão em conformidade com o valor orçamentado.

- As perdas por imparidade registaram um acréscimo significativo (+70%), face ao orçamentado, devido ao reconhecimento da situação do Município de Torres Vedras.

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO

4,8 M€

- O subsídio ao investimento reconhecido está conforme com o valor orçamentado, 4,8 milhões de euros.

RESULTADO FINANCEIRO

(8,6) M€

- O resultado financeiro é negativo em 8,6 milhões de euros. Para a sua formação contribuíram 1,2 milhões de euros de ganhos e 9,8 milhões de gastos, na sua maioria decorrentes de juros de empréstimos BEI.

Comparativamente ao previsto em orçamento o resultado apresenta um desvio de cerca de 1%, essencialmente devido a redução de gastos.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

4.º Trimestre 2017

Demonstração da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Ativos não correntes	mEur	-	-	572 096	572 901	572 901	-	574 288 ▼
Ativo intangível	mEur	-	-	469 902	463 954	463 954	-	467 497 ▼
Ativo fixo tangível	mEur	-	-	17	203	203	-	26 ▲
Desvios de recuperação gastos	mEur	-	-	36 726	40 976	40 976	-	41 080 ▼
Fundo reconstrução capital	mEur	-	-	11 288	11 289	11 289	-	11 289 =
Impostos diferidos ativos	mEur	-	-	54 163	54 547	54 547	-	54 397 ▲
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	-	-	0	1 932	1 932	-	0 ▲
Ativos correntes	mEur	-	-	119 461	94 095	94 095	-	124 978 ▼
Clientes	mEur	-	-	30 820	22 206	22 206	-	27 917 ▼
Disponibilidades	mEur	-	-	10 050	10 871	10 871	-	18 388 ▼
Outros ativos correntes	mEur	-	-	78 592	61 018	61 018	-	78 673 ▼
Total do Ativo	mEur	-	-	691 558	666 996	666 996	-	699 266 ▼
Capital Social	mEur	-	-	113 528	113 528	113 528	-	113 528 =
Ações próprias	mEur	-	-	- 6 458	- 6 458	- 6 458	-	- 6 458 =
Reservas e outros ajustamentos	mEur	-	-	0	0	0	-	0 =
Resultado líquido	mEur	-	-	5 417	6 880	6 880	-	6 754 ▲
Total do Capital Próprio	mEur	-	-	112 487	113 949	113 949	-	113 823 ▲
Passivos não Correntes	mEur	-	-	525 871	523 252	523 252	-	529 835 ▼
Financiamentos obtidos	mEur	-	-	234 262	231 140	231 140	-	234 278 ▼
Subsídios ao investimento	mEur	-	-	137 221	139 511	139 511	-	139 715 ▼
Acrés. Custos Investim. Contratual	mEur	-	-	124 149	122 423	122 423	-	124 861 ▼
Outros passivos não correntes	mEur	-	-	30 240	30 178	30 178	-	30 980 ▼
Passivos Correntes	mEur	-	-	53 200	29 795	29 795	-	55 609 ▼
Financiamentos obtidos	mEur	-	-	7 370	8 149	8 149	-	7 370 ▲
Outros passivos correntes	mEur	-	-	45 830	21 646	21 646	-	48 239 ▼
Total do Passivo	mEur	-	-	579 071	553 047	553 047	-	585 444 ▼
Total do Passivo e do Capital Próprio	mEur	-	-	691 558	666 996	666 996	-	699 266 ▼

Indicadores da Posição Financeira		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Capital Empregue ¹	mEur	-	-	313 206	310 538	310 538	-	313 903
Autonomia Financeira	%	-	-	16%	17%	17%	-	16%
Liquidez Geral	n.º	-	-	2,2	3,2	3,2	-	2,2
Solvabilidade	n.º	-	-	0,2	0,2	0,2	-	0,2
Fundo de Maneio	mEur	-	-	66 261	64 300	64 300	-	69 369
ROCE - Rentabilidade do Capital Empregue ¹	%	-	-	8,9%	6,5%	6,5%	-	6,9%
ROE - Rentabilidade do Capital Próprio	%	-	-	6,4%	6,0%	6,0%	-	5,9%
ROA - Rentabilidade dos Ativos	%	-	-	1,0%	1,0%	1,0%	-	1,0%

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

POSIÇÃO FINANCEIRA

- O Ativo total atinge os 667,0 milhões de euros, representando o ativo intangível 464,0 milhões de euros.

- O desvio de recuperação de gastos acumulado é de 41,0 milhões de euros. O valor do desvio considerado na abertura da Tejo Atlântico ascende a 43,5 milhões de euros, tendo-se registado uma redução bruta no semestre de 2,5 milhões de euros.

- A dívida de Clientes ascende a 22,2 milhões de euros dos quais 24,3 milhões de euros são relativos a clientes municipais, deduzidos de 3,5 milhões de euros de imparidade, relativa aos Municípios de Sintra e Torres Vedras.

- Em Clientes de mlp estão registados 1,9 milhões de euros relativos ao acordo celebrado com o Município da Nazaré.

- Os outros ativos correntes no total de 61,0 milhões de euros são compostos por Acionistas, Devedores Diversos e Devedores por Acréscimos de Rendimentos. A variação face ao valor orçamentado resulta essencialmente da redução da conta corrente da Águas do Vale do Tejo.

2. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

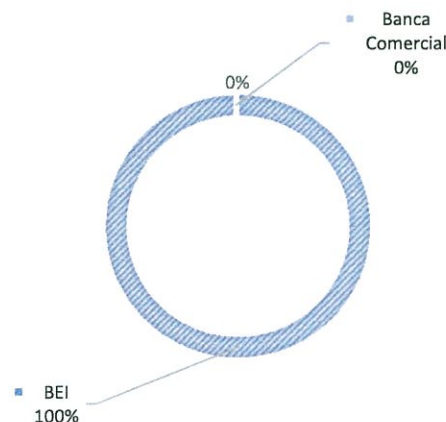
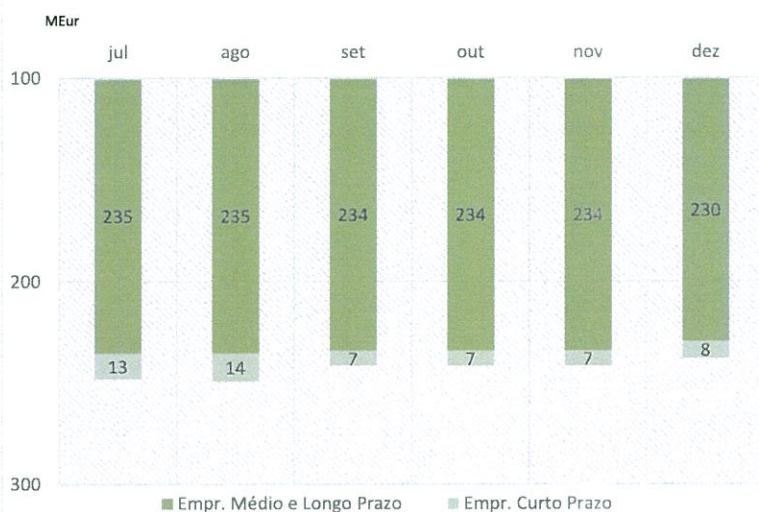
4.º Trimestre 2017

Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Empréstimos	mEur	-	-	241 632	237 863	237 863	-	246 250
Médio e Longo Prazo	mEur	-	-	234 262	229 714	229 714	-	237 887
BEI	mEur	-	-	235 713	231 140	231 140	-	237 887
Ajust. para o custo amortizado	mEur	-	-	-1 451	-1 427	-1 427	-	0
Curto Prazo	mEur	-	-	7 370	8 149	8 149	-	8 363
BEI	mEur	-	-	7 370	8 149	8 149	-	8 363

Indicadores de Financiamento		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Dívida Financeira	mEur	-	-	241 632	239 290	239 290	-	241 648
Debt to equity	%	-	-	215%	210%	210%	-	212%
Net Debt - Endividamento líquido ¹	mEur	-	-	220 294	160 130	160 130	-	223 233
Net Debt to EBITDA ¹	n.º	-	-	5,7	3,9	3,9	-	5,8
PMR - Prazo Médio de Recebimentos	dias	-	-	n.d.	n.d.	n.d.	-	-
PMP - Prazo Médio de Pagamentos	dias	-	-	n.d.	n.d.	n.d.	-	66

¹ Indicadores ajustados às fórmulas da AdP e do Relatório e Contas.

Endividamento



DÍVIDA FINANCEIRA 237,9 ME

- O Endividamento de 237,9 milhões de euros é integralmente suportado por financiamento do BEI. No trimestre foram amortizados 2,4 milhões de euros de dívida.

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 160,1 ME

- Considerando as disponibilidades de 79,2 milhões de euros, compostas por 10,9 milhões de euros em Bancos, 57,0 milhões de euros em empréstimos concedidos e 11,3 milhões de euros no Fundo de Reconstituição do Capital Social, o endividamento líquido a dezembro é de 160,1 milhões de euros.

PMR e PMP

Conforme referido na introdução deste Relatório a Tejo Atlântico apenas iniciou a sua atividade de forma autónoma a 1 de julho de 2017, apesar da data de efeitos contabilísticos e fiscais retroagir a 1 de janeiro de 2017.

O apuramento dos prazos de recebimento e de pagamento para o trimestre apresenta condicionantes que os distorcem e que decorrem do processo de cisão, designadamente do reflexo contabilístico da mesma.

Em termos contabilísticos, os valores incorridos (custos e proveitos), pela Vale do Tejo, no primeiro semestre de 2017, apesar de reconhecidos, resultam do processo de migração de saldos e transações da Vale do Tejo para a Tejo Atlântico e o fluxo financeiro foi acertado por encontro de contas entre as duas empresas. Nestas circunstâncias, os registos e fluxos associados às operações correntes ao longo do ano, não estão refletidos em todas as rubricas contabilísticas necessárias à composição dos rácios do PMR e PMP, pelo que o seu apuramento não traduzirá a realidade da atividade, razão pela qual consideramos não estarem reunidas condições para o efetuar.

3. INDICADORES COMERCIAIS

4.º Trimestre 2017

Atividade Comercial		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Volume de atividade (faturado)	Mm³	-	-	137,5	45,6	183,1	-	192,9
Volume de atividade - saneamento	Mm ³	-	-	137,5	45,6	183,1	-	192,9
Volume de Negócios³	mEur	-	-	58 888	20 222	79 110	-	79 377
Volume negócios - saneamento	mEur	-	-	58 888	20 222	79 110	-	79 377
Dívidas de Utilizadores⁴		-	-				-	
Dívida total	mEur	-	-	21 766	2 503	24 269	-	55 951
Dívida vencida total	mEur	-	-	6 501	944	7 445	-	n.d.
Acordos de pagamento	mEur	-	-	0	2 766	2 766	-	n.d.
Injunções	mEur	-	-	1 845	1 838	3 684	-	n.d.

³ Não inclui o efeito do Desvio de recuperação de gastos nem os Rendimentos de Construção.

⁴ Respeita apenas a clientes Municipais.

Faturação		Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Total de efluentes faturados Municípios	mm³	0	0	137 253	45 559	182 812	-	192 900
Sistema Oeste	mm ³	-	-	15 900	5 173	21 073	-	22 859
Sistema Costa do Estoril	mm ³	-	-	44 482	14 827	59 309	-	62 414
Sistema Tejo e Trancão	mm ³	-	-	76 871	25 559	102 430	-	107 627
Total de efluentes faturados Outros	mm³	-	-	227	33	261	-	-
TOTAL	mm³	-	-	137 481	45 593	183 073	-	192 900

Dívidas de Utilizadores *		2017						
		Div. Total	Vencida	Div. Corrente	Div. Acordos	Div. Injunções	Div. Juros	Div. Outros
Dívida Total	mEur	24 269	7 445	17 021	2 766	3 684	799	0

* Dívida respeitante a Municípios

DÍVIDA DE CLIENTES

24,3 M€

- A Dívida total dos utilizadores Municipais ascende a 24,3 milhões de euros, dos quais 7,4 milhões de euros são dívida vencida.

A situação das dívidas reportada abrange a situação da faturação emitida pela Tejo Atlântico, desde julho de 2017, acrescida dos saldos em aberto dos clientes provenientes da ex-SANEST, ex-SIMTEJO e ex-AdO na componente de saneamento, à exceção dos Municípios do Sobral de Monte Agraço, Azambuja e Alenquer, na parte relativa a Acordos de Pagamentos celebrados antes do processo de Cisão, que são geridos pela Vale do Tejo.

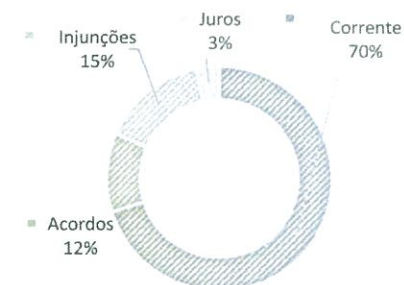
Na dívida vencida os valores mais significativos são relativos aos Municípios de Sintra, Oeiras e Torres Vedras, num total de 6,1 milhões de euros, dos quais 3,7 milhões de euros é titulada (Sintra e Torres Vedras). No final de 2017 foi acordado com o Município de Sintra a desistência dos processos legais cruzados, daí resultando a anulação da dívida, no valor de 2,2 milhões de euros.

ATIVIDADE

183,1 Mm³

- O caudal de água residual faturado foi de 183,1 milhões de m³. Este caudal é formado pelo caudal resultante dos rendimentos tarifários aplicados aos clientes municipais, que têm uma tarifa implícita, acrescido do caudal medido e faturado aos restantes clientes do sistema.

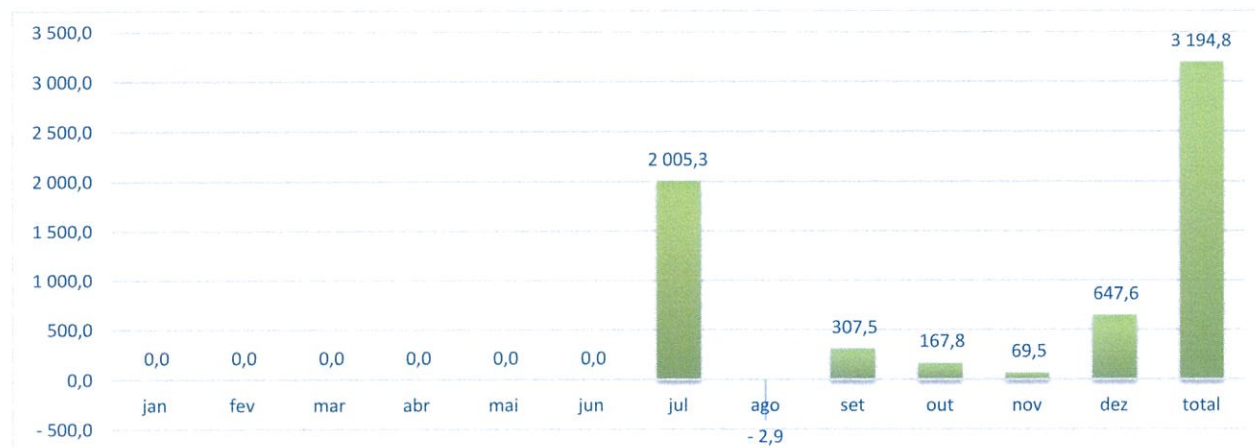
Considerando o volume de negócios de 81,2 milhões de euros (sem o efeito do crédito dos mínimos), a tarifa média do ano foi de 0,4438 €/m³.



4. INVESTIMENTOS

4.º Trimestre 2017

Investimento	mEur	Valor Trimestre				Acumulado		
		1º T	2º T	3º T	4º T	2017	Per. Hom.	Orçam.
Investimento	mEur	-	-	2 310	885	3 195	-	16 861
Saneamento	mEur	-	-	2 287	885	3 172	-	16 861
Estrutura	mEur	-	-	23	0	23	-	



INVESTIMENTO

3,2 M€

- A realização de investimento é substancialmente reduzido face ao orçamentado, apesar de se ter verificado uma ligeira recuperação no último trimestre do ano, na sequência da evolução de algumas obras, designadamente:

- a Reabilitação do Emissário da Castelhana;
 - a Reabilitação da Estação Elevatória da Póvoa de Santa Iria;
 - a Medição de Caudal do Sistema da Costa do Estoril;
- e as aquisições de equipamento básico e administrativo.

A situação resulta do facto de este ser o ano de arranque da Empresa. Ao longo deste segundo semestre de 2017, foram feitos os estudos e preparados os concursos a lançar, que terão realização nos próximos anos. Espera-se por isso, que em 2018 os valores de investimento subam consideravelmente.

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL RELATIVO À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
DO QUARTO TRIMESTRE DE 2017 DA
ÁGUAS DO TEJO E ATLÂNTICO, S.A**

INTRODUÇÃO

1. O Conselho Fiscal da Águas do Tejo e Atlântico, S.A (AdTA), apresenta o seu Relatório Trimestral de Execução Orçamental relativo ao quarto trimestre de 2017 (doravante designado por RTEO), com base no Relatório de Execução Orçamental do quarto trimestre de 2017 (doravante designado por REO) apresentado pelo Conselho de Administração datado de 16 de março de 2018, o qual resumidamente compreende os seguintes desvios de informação financeira relativos à Demonstração da Posição Financeira e da Demonstração de Resultados:

<i>Em milhões</i>	4º trimestre de 2017 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real (12 meses)	PAO 2017_2ª Versão (12 meses)	
Demonstração da Posição financeira			
Ativo não corrente	572 901	574 288	(1 387)
Ativo corrente	94 095	124 978	(30 883)
Total do ativo	666 996	699 266	(32 270)
Capitais próprios	113 949	113 823	126
Passivo não corrente	523 252	529 835	(6 583)
Passivo corrente	29 795	55 608	(25 813)
Total do passivo	553 047	585 443	(32 396)
Total dos capitais próprios e passivo	666 996	699 266	(32 270)

<i>Em milhões</i>	4º trimestre de 2017 (Acumulado)		Desvio absoluto
	Real (12 meses)	PAO 2017_2ª Versão (12 meses)	
Demonstração de resultados			
Volume de negócios	79 550	76 280	3 270
Margem Bruta	74 173	73 592	581
Resultados operacionais	17 585	18 849	(1 264)
Resultados financeiros	(8 587)	(8 716)	129
Impostos	(2 118)	(3 379)	1 261
Resultado líquido do exercício	6 880	6 754	126

RESPONSABILIDADES


2. Nos termos do disposto no artigo 25.º, n.ºs 2 e 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e ao abrigo do artigo 44.º, n.º 1, alínea i) do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial ("RJSPE"), é da responsabilidade dos titulares dos órgãos de Administração das empresas públicas a preparação dos RTEO por forma a especificar e divulgar o nível de execução orçamental da Empresa, incluindo o plano de investimentos e as respetivas fontes de financiamento, bem como as operações financeiras contratadas.
3. A nossa responsabilidade, no âmbito dos mesmos diplomas, é proceder à análise da informação financeira incluída no RTEO e emitir um relatório de conclusões. Para o efeito, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da AdTA ao longo do quarto trimestre de 2017, através (i) da leitura das atas das reuniões da Comissão Executiva, do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, (ii) análise da informação facultada pelo controlo de gestão, (iii) do contacto com a Administração e seus Serviços e (iv) análise do teor do parecer emitido pelo do Revisor Oficial e Contas da AdTA em 27 março de 2018.

CONCLUSÃO DO CONSELHO FISCAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO QUARTO TRIMESTRE DE 2017

4. Tendo em consideração o conteúdo das notas 4.1 a 4.5 abaixo e considerando as análises apresentadas pelo Conselho de Administração, relativamente aos desvios identificados, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira referente ao período findo em 31 de dezembro de 2017 da AdTA, não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com a execução orçamental que lhe serve de suporte naquela data:
 - 4.1 Os valores do PAO 2017 (2ª versão) incluídos no RTEO do 4ºT de 2017 foram aprovados pelo Conselho Administração em 29 de dezembro de 2017, após o pedido de revisão da primeira versão solicitado pela UTAM, através da sua Informação 53/2017 de 29 de agosto. Refira-se que esta segunda versão do PAO 2017 ainda não se encontra aprovado pela Tutela.
 - 4.2 A prestação de serviços real de saneamento, à data de 31 de dezembro de 2017, apresenta-se de alguma forma estável, comparativamente com o orçamento. Contudo, o valor real encontra-se afetado de forma negativa por uma "correção de períodos anteriores" no montante de 2,1 milhões de euros.

- 4.3 Os gastos operacionais em 31 de dezembro de 2017, em termos de materialidade dos desvios apurados, estão em linha com o orçamento, com exceção da rubrica “Perdas por imparidade” no montante de 3.1 milhões de euros, relativa aos Municípios de Sintra e Torres Vedras, a qual somente estava orçamentada em cerca de 58%.
- 4.4 Em face do período de 2017 constituir o primeiro ano de atividade da AdTA, e a gestão da Empresa ter iniciado pelo Conselho de Administração somente a partir de 1 de julho de 2017 (pois entre 1 de janeiro de 2017 e 30 de junho de 2017 a gestão e os dados contabilísticos foram da responsabilidade da sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A), os indicadores de cumprimento legal, tais como, prazos médios de recebimentos e pagamentos não foram apurados, pois não traduziriam a realidade da atividade.
- 4.5 Nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março e do Contrato de Concessão, a Comissão Executiva da AdTA submeteu à entidade reguladora ERSAR no dia 31 de janeiro de 2018, para aprovação, o valor do “Desvio de Recuperação de Gastos” (superavit) inscrito nas demonstrações financeiras referentes ao período de 2017, sendo que, no dia 9 de fevereiro de 2018 foi submetida uma segunda versão em consequência de alterações verificadas nas demonstrações financeiras. Em 28 de fevereiro de 2018 a ERSAR pronunciou-se sobre o superavit apresentado pela AdTA, com reservas (correções), as quais em 14 de março de 2018, foram sujeitas a um contraditório, pelo que o valor real apresentado no RTEO do 4ºT de 2017, nomeadamente, quanto a este item, poderá vir a ser alterado. Tanto quanto sabemos, o acerto final do “Desvio de Recuperação de Gastos” (superavit), que resulte do contraditório ao relatório da ERSAR refletir-se-á somente nas demonstrações financeiras do período de 2018.

Lisboa, 29 de março de 2018


Anna do José da Sousa Reis
(Presidente)


Maria do Carmo Reis Silva Mendes (Vogal)
(Vogal)


Carlos Manuel Antunes Bernardino
(Vogal)

Parecer do Revisor Oficial de Contas relativo à execução orçamental no quarto trimestre de 2017

Ao Conselho de Administração de
Águas do Tejo Atlântico, S.A.

Introdução

Procedemos à revisão da informação financeira, incluída em Anexo, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparada pela Águas do Tejo Atlântico, S.A. (adiante designada por Tejo Atlântico) de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidade do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração (i) a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação; (ii) o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas; e (iii) a preparação e submissão oportuna da informação requerida pela legislação aplicável.

Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade consiste em acompanhar a atividade da Tejo Atlântico e emitir o presente relatório que descreve o trabalho efetuado, bem como as eventuais situações relevantes detetadas.

Âmbito

O nosso trabalho foi realizado de acordo com a Norma Internacional de Auditoria sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE 3000). Para tal executámos os seguintes procedimentos sobre as demonstrações financeiras:

- a. Acompanhamento da atividade da Tejo Atlântico através de:
 - Participação em reuniões efetuadas com os responsáveis da Tejo Atlântico e leitura de atas, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos que foram considerados necessários;
 - Consulta dos balancetes e restante informação financeira relativos ao exercício findo a 31 de dezembro de 2017; e
 - Obtenção de informação do grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas no exercício findo a 31 de dezembro de 2017.
- b. Observação do cumprimento das determinações legais aplicáveis, no exercício findo a 31 de dezembro de 2017, no que se refere aos seguintes aspetos:
 - Deveres de informação previstos no n.º 2 do artigo n.º 14 do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de fevereiro e no Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto e especificados no Despacho n.º 14277/2008, de 14 de maio do Ministro de Estado e das Finanças;
 - Política de ajustamento do quadro de pessoal previsto no artigo 43 da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e no artigo 123 do Decreto-Lei n.º 25/2017;
 - Plano de redução de gastos operacionais conforme previsto no n.º 1 do artigo 124 do Decreto-Lei n.º 25/2017;
 - Prazo médio de pagamentos de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro;
 - Princípios de Bom Governo fixados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de março; e
 - Unidade de Tesouraria no cumprimento do previsto no artigo n.º 86 da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, e no despacho n.º 38/17 - SEATF, de 16 de janeiro.
- c. Observação do cumprimento das obrigações fiscais, nomeadamente a entrega das guias de imposto e respetivos pagamentos, e a análise da situação contributiva da Empresa e das comunicações / inspeções fiscais.

O trabalho efetuado não constitui um exame às demonstrações financeiras da Tejo Atlântico. Consequentemente, não estamos em condições de expressar uma opinião de auditoria.

Conclusão

Entendemos realçar as seguintes situações:

- I. Os montantes relativos a vendas e prestação de serviços, no montante total de 79.076 milhares de euros a 31 de dezembro de 2017, apresentam uma execução ligeiramente acima do orçamento (desvio de 134 milhares de euros), estando o real afetado negativamente pela emissão de notas de crédito para correção de valores mínimos faturados em exercícios anteriores no montante de 2,1 milhões de euros;
- II. No que concerne aos gastos operacionais, que totalizam 63.842 milhares de euros a 31 de dezembro de 2017, apresentam um desvio negativo face ao valor orçamentado em 3% (mais 1.639 milhares de euros), sendo este desvio essencialmente justificado pelas perdas por imparidade reconhecidas no exercício de 2017 e que não se encontravam estimadas em orçamento (desvio desfavorável de 1.300 milhares de euros);
- III. Relativamente à Posição Financeira, os principais desvios face aos valores orçamentados foram os seguintes:
 - a. Execução abaixo do orçamentado no que respeita a "outros ativos correntes" por via da redução dos montantes a receber da Águas do Vale do Tejo, S.A.. Este valor encontra-se compensado com uma execução orçamental favorável na linha de "outros passivos correntes", uma vez que os saldos a pagar à Águas do Vale do Tejo, S.A. também se encontram inferiores ao orçamentado;
 - b. Desvio negativo da linha de clientes face ao orçamentado a 31 de dezembro de 2017 deve-se essencialmente ao reconhecimento de perdas por imparidade no exercício de 2017 superiores ao estimado; e
 - c. Valor de investimento realizado no exercício ascendeu a 3.195 milhares de euros, apresentando uma execução abaixo do orçamentado de 13.666 milhares de euros. Esta fraca execução deve-se ao facto da Tejo Atlântico apenas ter iniciado a gestão da sua atividade no segundo semestre de 2017.
- IV. Os valores apresentados no Relatório de Execução Trimestral relativamente ao Orçamento correspondem ao Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2017 aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de dezembro de 2017 o qual ainda não se encontra aprovado pela tutela;
- V. A linha de "desvio de recuperação de gastos" tem registado 2.544 milhares de euros relativos ao Desvio de Recuperação de Gastos do exercício de 2017. Esta quantia foi estimada pelo Conselho de Administração, não tendo sido ainda aprovada pelo Regulador de acordo com o estabelecido na lei; e
- VI. A Águas do Tejo Atlântico, S.A. foi constituída nos termos do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, por cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, tendo sido estabelecido que a data de efeitos contabilísticos e fiscais retroage a 1 de janeiro de 2017. Pelo facto de durante o primeiro semestre de 2017 a atividade da Tejo Atlântico ter sido da responsabilidade da Águas do Vale do Tejo, S.A. e o Conselho de Administração da Tejo Atlântico apenas ter iniciado a gestão da Entidade a partir de 1 de julho de 2017, alguns indicadores, tais como prazo médio de recebimentos e de pagamentos não foram apurados.

Porto, 27 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

Anexo I - Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Demonstração da posição financeira		31.12.2017
Ativos não correntes	mEur	572.901
Ativo intangível	mEur	463.954
Ativo fixo tangível	mEur	203
Desvios de recuperação de gastos	mEur	40.976
Fundo reconstituição capital	mEur	11.289
Impostos diferidos ativos	mEur	54.547
Clientes e outros ativos não correntes	mEur	1.932
Ativos Correntes	mEur	94.095
Clientes	mEur	22.206
Disponibilidades	mEur	10.871
Outros ativos correntes	mEur	61.018
Ativo Total	mEur	666.996
Capital social	mEur	113.528
Ações próprias	mEur	(6.458)
Resultados transitados e reservas	mEur	0
Resultado líquido	mEur	6.880
Capital Próprio	mEur	113.949
Passivos não correntes	mEur	523.252
Financiamentos obtidos	mEur	231.140
Subsídios ao investimento	mEur	139.511
Acréscimo de custos de investimento contratual	mEur	122.423
Outros passivos não correntes	mEur	30.178
Passivos correntes	mEur	29.795
Financiamentos obtidos	mEur	8.149
Outros passivos correntes	mEur	21.646
Passivo Total	mEur	553.047
Capital Próprio e Passivo Total	mEur	666.996

Demonstração dos resultados		31.12.2017
Venda de água	mEur	34
Prestação de serviços	mEur	79.076
Rédito da construção (IFRIC12)	mEur	2.984
Desvio de recuperação de gastos	mEur	(2.544)
Volume de Negócios	mEur	79.550
Custo das vendas / variação de inventário	mEur	(5.377)
Margem Bruta	mEur	74.173
Fornecimentos e serviços externos	mEur	(26.445)
Gastos com pessoal	mEur	(11.113)
Amortizações, provisões e perdas imparidade	mEur	(19.957)
Provisões e perdas por imparidade	mEur	(3.162)
Outros gastos e perdas operacionais	mEur	(772)
Subsídios ao investimento	mEur	4.779
Outros rendimentos e ganhos operacionais	mEur	82
Resultados operacionais	mEur	17.585
Gastos financeiros	mEur	(9.766)
Rendimentos financeiros	mEur	1.179
Resultados financeiros	mEur	(8.587)
Resultados antes de impostos	mEur	8.998
Imposto sobre o rendimento	mEur	(2.118)
Resultado líquido do Exercício	mEur	6.880